



Efraim cobra definição de normas para setor de telecomunicações

Página 6



Governo está adotando medidas para reduzir juros, afirma Ideli

Página 5



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.764 - Brasília, terça-feira, 19 de agosto de 2003

Plenário define quem deve julgar militares

Substitutivo que pode ser votado hoje reafirma a competência do tribunal do júri para julgar crimes cometidos por policiais militares contra civis e restabelece o foro especial para integrantes das Forças Armadas.

Página 3

Seguridade Social pode ter reforço de caixa

Projeto de Paulo Octávio prevê a remuneração dos recursos da Seguridade Social que permaneçam na conta única do Tesouro. O objetivo, explica o senador, é reduzir os problemas de caixa nessa área.

Página 3

PSDB quer regular sistema financeiro

Líder do PSDB, Arthur Virgílio, apresenta sete projetos com normas para o funcionamento do sistema financeiro nacional. Entre as propostas está a previsão de mandatos fixos no Banco Central.

Página 5

CASO BANESTADO

Ex-diretor do Banco Central desagrada membros da CPI

■ Depoimento de Cláudio Mauch "não refletiu a verdade", segundo o senador Flávio Arns. A senadora Ideli Salvatti e o deputado José Carlos Martinez demonstraram insatisfação com respostas evasivas



Fotos: Márcia Kallume

O ex-diretor do Banco Central Cláudio Mauch prestou depoimento ontem à CPI do Banestado. Hoje, a comissão ouve a ex-diretora do BC Tereza Grossi e a ex-diretora do Banco Araucária Ruth Whately Bandeira de Almeida.



SEM RESPOSTAS Depoimento de Cláudio Mauch (foto maior) foi considerado evasivo por alguns integrantes da CPI, que volta a se reunir hoje para ouvir a ex-diretora do BC Tereza Grossi

Página 8



José Cruz

MUDANÇA Governo começará transição para novo modelo em outubro, afirma Romero Jucá

Jucá elogia unificação de ações sociais

Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou ontem a decisão política do governo Luiz Inácio Lula da Silva de unificar todos os programas sociais, que terão um orçamento de R\$ 8 bilhões para 2004. Segundo o senador, o embrião do cadastro único serão os programas Bolsa-Escola, do Ministério da Educação, e o cartão-alimentação do Fome Zero.

O parlamentar afirmou que, já em outubro próximo, o governo começará a transição para o novo modelo unificado, dispondo de um orçamento de R\$ 4 bilhões até o final do ano. De acordo com o modelo, somados os auxílios dos diferentes programas existentes, uma família carente poderá receber até R\$ 140.

Jucá também aplaudiu a diretiva aprovada pelos governantes reunidos na posse do presidente do Paraguai, Nicanor Duarte, de acelerar a integração do Mercosul. Para ele, essa é a alternativa correta, diante das recentes decisões tomadas na Organização Mundial de Comércio de manter subsídios agrícolas dos Estados Unidos e da União Européia.

Agenda



Discussão de PEC prossegue em Plenário

Na sessão de hoje, às 14h30, será realizada a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 36/99, que trata da transferência das atribuições dos Tribunais de

Contas dos municípios aos tribunais dos estados. Também será examinado o PLS nº 117/00, que trata da competência para processar e julgar crimes praticados por militares.

Sarney participa da abertura da Semana do Software Livre

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 9h30, da sessão solene de abertura do seminário internacional "Software Livre e o Desenvolvimento do Brasil", no Auditório Americel Hall, na Academia de Tênis em Brasília. À tarde, Sarney preside a ordem do dia, no Plenário do Senado, e recebe, às 17h, Luiz Marinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Ex-diretores do Araucária falam à CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado realiza duas reuniões hoje, às 11h e às 16h. Pela manhã falará aos parlamentares a ex-diretora do Banco Central Tereza Grossi. À tarde serão

ouvidos os ex-diretores do Banco Araucária Ruth Whately Bandeira de Almeida e Alberto Dalcanale Neto. A CPI é presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) – foto.



Comissão analisa projeto que redireciona recursos do Sebrae

Para votar, entre outros, o Projeto de Lei da Câmara nº 119/95, que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

(Sebrae), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne a partir das 10h. E às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião para votar

créditos suplementares e especiais para o Executivo e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias em obras públicas.



Informações em português na Internet

A Comissão de Educação (CE) analisa, às 11h30, entre outros itens, o Projeto de Lei do Senado nº 225/03, que determina que todos os documentos, textos e artigos em língua estrangeira nos sítios e portais da Internet mantidos pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo DF deverão ser obrigatoriamente apresentados também em português; e o Projeto de Lei nº 4/2003, que torna obrigatório o ensino da língua espanhola nas escolas de nível fundamental e médio.

Medição de pulsos telefônicos

Às 14h, a Comissão de Infra-Estrutura examina o Projeto de Lei do Senado nº 39/02, que trata da instalação de aparelho para medição de pulsos telefônicos no serviço de telefonia fixa e no serviço móvel celular, e o Projeto de Lei nº 218/2000, que altera a lei que criou o Programa Nacional de Desestatização, para retirar do programa os serviços de geração e distribuição de energia elétrica e de saneamento básico.

Subcomissão de Turismo

Após a ordem do dia, a Subcomissão Temporária de Turismo realiza reunião para discutir a agenda dos trabalhos e a participação do colegiado em eventos do setor de turismo, além de analisar o relatório técnico com a relação de proposições que tramitam no Congresso Nacional sobre o setor. A subcomissão, criada em março de 2003, é presidida pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



José Cruz

CRISE Falta de medicamentos no Amapá, verificada por Capiberibe, motivou solicitação

Capiberibe quer auditoria nos repasses do SUS

O senador João Capiberibe (PSB-AP) anunciou ontem que enviará requerimento ao ministro da Saúde, Humberto Costa, reivindicando a realização de uma auditoria nos recursos repassados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a seu estado, o Amapá.

Capiberibe disse que, em recente visita que fez ao estado, foi surpreendido por uma situação de crise na rede hospitalar e de completa ausência de medicamentos e até de material de apoio nos hospitais públicos do estado.

– Posso garantir que, até deixar o governo do estado, há 18 meses, a situação era de perfeita normalidade, com amplos estoques de medicamentos que obedeciam a um planejamento estratégico realizado por especialistas que contratei, por entender que gerência hospitalar e de saúde são temas muito complexos – garantiu.

João Capiberibe afirmou que deseja saber, do ministro da Saúde, de que maneira foram gastos em seu estado os recursos provenientes do SUS e por que foram desviados de sua verdadeira função.

Centralização

O senador ressaltou não ser favorável a uma política de centralização de compras de medicamentos para baratear custos. Em sua opinião, a legislação de estados e municípios exige que um determinado percentual da arrecadação seja gasto em ações de saúde e na compra de medicamentos, por isso a centralização iria complicar o sistema.

Segundo Capiberibe, o Amapá sempre destinou 13% ou 14% de sua arrecadação para o setor de saúde. Esses recursos, somados com os provenientes do SUS, eram suficientes para garantir bom atendimento à população.

Comissão vota créditos para ministérios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se, a partir das 14h30 de hoje, para analisar uma pauta com 26 itens, entre os quais sete projetos do Congresso que abrem novos créditos no Orçamento, somando mais de R\$ 310 milhões. O Ministério do Trabalho é o maior beneficiado, com um pedido total de R\$ 139,9 milhões em créditos especiais. O projeto recebeu voto favorável do relator, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), sem apresentação de emendas.

A Caixa Econômica Federal é a segunda maior beneficiada, com um pedido de crédito de investimento total de R\$ 55,9 milhões, sendo que R\$ 300 mil referem-se a créditos especiais e R\$ 55,6 milhões a créditos suplementares.

Outro projeto solicita crédito suplementar no valor global de R\$ 54 milhões em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, a título de reforço orçamentário. O relator, deputado Pedro Chaves (PMDB-GO), apresentou substitutivo ao texto original.

Já para as pastas da Educação; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; dos Transportes; e da Defesa deverão receber crédito especial no valor total de R\$ 30 milhões. Para o Ministério das Cidades foi solicitado um crédito especial no valor de R\$ 24,7 milhões e para o Ministério das Comunicações está sendo pedido um reforço na dotação orçamentária no valor de R\$ 6,1 milhões.

Projeto reduz o programa de desestatização

Hoje, às 14h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprecia, entre outros, o Projeto de Lei nº 218/2000, da senadora Heloísa Helena (PT-AL), que retira do Programa Nacional de Desestatização (PND) os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de saneamento básico. Heloísa sustenta que 15 milhões de brasileiros não têm água encanada e outros 40 milhões não possuem rede de coleta de esgotos, a quase totalidade famílias que ganham menos de três salários mínimos.

– Se o poder público não conseguiu assegurar esses serviços aos mais pobres, nada se pode esperar de empresas privatizadas – argumenta. A proposta recebeu parecer favorável da senadora Serys Silhessarenko (PT-MT), que lembrou que boa parte dos serviços de energia elétrica e de recolhimento de lixo já foi privatizada e a exclusão de tais serviços do PND não significa que sua privatização será proibida, mas sim que cada caso exigirá uma lei específica para sua autorização.



Roque de Sá

Plenário decide quem deve julgar crimes cometidos por militares

■ Projeto a ser votado hoje pelo Senado redefine a competência do foro militar

O Plenário deve votar hoje, a partir das 15h30, substitutivo do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) ao Projeto de Lei nº 132/2000, do ex-senador Arlindo Porto, que reafirma a competência do tribunal do júri para julgar os crimes cometidos por militares dos estados e do Distrito Federal contra civil, quando dolosos e contra a vida, e restabelece o foro militar para membros das Forças Armadas.

Também estão na pauta de hoje o Projeto de Lei da Câmara nº 71/2000, que institui multa a fornecedores de bens ou serviços por atraso no cumprimento do prazo de entrega de mercadoria ou realização do serviço, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 377/2003, que disciplina relações jurídicas



Jone de Araújo

VOTAÇÃO Marcelo Crivella é autor do substitutivo que deve ser apreciado hoje à tarde

decorrentes da perda de eficácia de medida provisória relativa à transferência de domínio de rodovias federais para os estados e o Distrito Federal.

Na mesma sessão, duas propostas de emenda à Constituição (PEC) serão discutidas em primeiro turno: a PEC 36/1999, que dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios

aos tribunais de contas dos estados, de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), e a 23/2003, que cria limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais, apresentada pelo senador Efraim Morais (PFL-PB).

Amanhã, a primeira parte da sessão será destinada a homenagear o Dia do Maçom, em atendimento a requerimento encabeçado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). Os senadores deverão votar uma pauta de 14 itens, incluindo cinco proposições que tramitam em regime de urgência (PLC 13/2001, PLC 91/2000, PLS 657/1999, PLS 32/2000 e PLS 200/2000) e tratam da forma e da apresentação dos Símbolos Nacionais.

Ainda nessa sessão, o Plenário deve votar, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição de autoria de Mozarildo Cavalcanti (PEC 55/1999) que acrescenta, dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade. Outras duas propostas –

a que trata da transferência das atribuições dos tribunais de contas e a que regula o pagamento de precatórios – também deverão ser votadas amanhã.

Na pauta de quarta, constam também o Projeto de Lei da Câmara nº 11/2001, alterando a lei que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dois projetos de lei que pretendem impedir a penhorabilidade do bem de família (único imóvel) de fiador de locação de imóvel (PLS 145/2000 e PLS 370/1999).

O último item da ordem do dia é um requerimento para que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, seja convocado a prestar esclarecimentos sobre a necessidade ou não de novo acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Caso o ministro confirme essa necessidade, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), autora do requerimento, quer que Palocci fale sobre as perspectivas de negociação de cláusulas que possam garantir maiores recursos para investimentos.

CAE examina proposta que garante mais recursos para Seguridade

A remuneração dos recursos da Seguridade Social que permanecem na conta única do Tesouro Nacional reforçará as dotações destinadas ao setor. É o que prevê o Projeto de Lei Complementar nº 42/2003, de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF), que será apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em reunião marcada para as 10h de hoje. A proposta conta com voto favorável do relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), que apresentou substitutivo de redação ao texto.

A intenção do autor é reduzir os problemas de caixa do setor,

evitando que os recursos originados nas contribuições sejam alocados em outras áreas. Para ele, a medida irá auxiliar o esforço que o governo vem fazendo para aprovar a reforma da Previdência, que tramita no Congresso Nacional.

Também está na pauta o Projeto de Lei nº 414/1999, do senador José Sarney (PMDB-AP), que visa estender à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá, os mesmos incentivos fiscais hoje aplicados à Zona Franca de Manaus. A matéria recebeu voto favorável do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-

MA), e tramita em caráter terminativo na comissão, devendo seguir, caso aprovada, diretamente para apreciação da Câmara dos Deputados.

De acordo com Sarney, a área de livre comércio criada em 1991 entrou em declínio a partir de 1997, quando o governo federal impôs restrições ao período mínimo da viagem e ao valor máximo de bagagem dos viajantes, que provocaram queda drástica nas vendas de importados e no comércio local. Para o senador, a criação de um pólo industrial no Amapá, nos moldes da Zona Franca de Manaus, poderia contribuir

para reativar a economia.

A CAE examina também o Projeto de Lei nº 127/2003, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que eleva os valores do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação cobrados de brinquedos, jogos ou outros produtos que possam induzir à violência. Outro projeto (nº 256/1999), do senador Pedro Simon (PMDB-RS), isenta os servidores públicos do pagamento de multas e juros de mora em débitos com as empresas prestadoras de serviços públicos enquanto não receberem seus vencimentos e salários.



Roosevelt Pinheiro

OBJETIVO Paulo Octávio diz que intenção da proposta é reduzir problemas de caixa

Declarações de Lula provocam debate

As entrevistas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rede Globo e à revista *Veja* repercutiram ontem no Plenário. Para Arthur Virgílio, as afirmações são “bonançosas”, pois estão distantes da realidade do país. Eduardo Siqueira Campos elogiou a sinceridade de Lula, mas discordou da proposta para garantir qualidade de vida nos grandes centros urbanos. É necessário, sim, defendeu o senador, a criação de oportunidades de emprego e renda nas pequenas cidades. Já Eduardo Suplicy afirmou que o presidente está liderando uma revolução pacífica no país, e convidou todos os brasileiros a ingressarem nesse movimento.

ARTHUR VIRGÍLIO



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Momento exige ações práticas, não empolgação

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) classificou de “bonançosas” as declarações do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, dadas à revista *Veja* e ao programa *Fantástico*, da Rede Globo, por considerá-las distantes da realidade do país. Para o líder do PSDB, “em vez de cânticos empolgados”, o momento nacional recomenda ações práticas, a começar pela redução da taxa básica de juros, a Selic.

– Fantástico é o empolgante modo com que o presidente rema em maré baixa. A nação lê, ouve e vê, e creio que todos gostariam de acreditar no que Lula fala. Mas ele fala demais e aí vêm os excessos, por causa da empolgação – alertou.

Para o senador, Lula se esquece do principal, que é o Orçamento de 2004. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, disse Virgílio, os números do Orçamento estão longe de indicar crescimento. É por isso, acrescentou Virgílio citando o jornal, que parte da equipe governamental briga pela redução do superávit primário, enquanto o relator do Orçamento, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), está apreensivo com as restrições nos gastos sociais.

EDUARDO S. CAMPOS

Investimentos no interior devem ser estimulados

Embora elogiando a “sinceridade e simplicidade” do presidente Lula em entrevistas à Rede Globo e à revista *Veja*, o 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), discordou da solução proposta para a crise de perspectiva de vida nos grandes centros urbanos. Em vez de procurar reverter o fluxo do êxodo rural, com a criação de oportunidades de emprego e renda nos municípios do interior, o presidente Lula teria sugerido a fixação desse excedente populacional nas grandes cidades com a construção de moradias.

– Comemoro a entrevista, mas não será com programa habitacional nos grandes centros que se vai mudar a realidade do país – disse.

O senador também defendeu a redivisão territorial do país, e citou o Tocantins, com 130 municípios e 200 mil habitantes na capital, Palmas, como exemplo que deu certo.

– Se não se tivesse induzido o desenvolvimento em Palmas, grande parte de sua população teria vindo para Brasília, Goiânia e São Paulo, criando um inchaço muito maior nessas cidades – afirmou.



EDUARDO SUP LIC Y



Presidente tem disposição para o diálogo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou as entrevistas concedidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no fim de semana. Segundo disse, Lula está liderando uma revolução pacífica. E o Brasil, afirmou, tem condições excepcionais de realizar transformações que dêem vez e voz aos excluídos. O senador convidou todos os brasileiros a ingressar nessa revolução pacífica.

Suplicy também destacou a disposição de Lula para dialogar com todos os segmentos da sociedade: lembrou o episódio em que o presidente usou o boné presenteado pelos dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e mencionou as visitas que Lula fez no fim de semana a empresários de grande porte em São Paulo.

A unificação de mais de dez programas de transferência de renda foi salientada pelo senador. Conforme Suplicy, a medida beneficiará, até o fim do ano, 3,5 milhões de famílias.

Para o senador, é importante assinalar a paciência que caracteriza Lula. O presidente “prefere esperar um pouco para tomar decisões consistentes”, ressaltou.

Maciel quer discussão do poder concedido à União e estados

As diferenças entre o federalismo brasileiro e o norte-americano foram analisadas ontem em Plenário pelo senador Marco Maciel (PFL-PE). Ao confrontar as duas experiências políticas, o parlamentar concluiu que “equilibrar poderes, distribuir competências e repartir responsabilidades rigorosamente simétricas, numa nação tão profundamente assimétrica como o Brasil, mais que um desafio de engenharia política, continua sendo uma incógnita ainda não decifrada”.



DEFERENÇAS Maciel analisa o federalismo do Brasil e o dos Estados Unidos

mou o senador.

Marco Maciel ressaltou que a construção do sistema federativo, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, foi uma alternativa para a distribuição espacial do poder político. A questão que ainda hoje se coloca, observou, é a qualidade do poder que se concede à União e a parcela a ser atribuída aos estados. Se a Carta de 1988 soube tornar simétrica a divisão de poderes do Estado, falta agora, disse Maciel, conciliar a assimetria política, econômica, territorial e demográfica do país com a simetria federativa.

Em aparte, o senador Almeida Lima (PDT-SE) elogiou a discussão do tema, inserido na reforma política. Ele anunciou que deverá fazer discurso nos próximos dias sobre alterações nas competências de cada um dos Poderes nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

Renan defende rapidez na votação da reforma tributária

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) pediu a aceleração das reformas, sobretudo a tributária, para que o país retome o desenvolvimento. Conforme disse, o Senado, por representar a Federação, tem a responsabilidade constitucional de fazer as mudanças. Renan entendeu que o país tem todas as condições para começar a oferecer um ambiente favorável à realização da justiça social e à retomada do crescimento.

O senador citou estudo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) segundo o qual a economia da região cresceu, em média, 1% ao ano, para uma expansão demográfica média de 1,5%, no período de 1997 a 2002. O estudo conclui que os últimos seis anos foram perdidos no que se



ATRIBUIÇÃO Para Renan, o Senado tem a responsabilidade de realizar a reforma

refere ao desenvolvimento socioeconômico.

– O que se deduz é que teremos mais uma década difícil. E se não engendrarmos grandes esforços, a América Latina irá na direção de mais um período de estagnação – alertou.

PARTILHA DA CPMF

José Agripino reage contra acusação do governo ao PFL

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), manifestou ontem sua indignação em relação a declarações do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que teriam acusado o seu partido de aéctico. A crítica dos ministros deveu-se à reunião que o PFL organizou com cerca de 500 prefeitos para debater a reforma tributária e mudanças na distribuição da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em que o partido teria acusado o governo pela crise em que vivem os municípios.

Agripino afirmou que em nenhum momento o PFL responsabilizou o governo pela



Roosevelt Pinheiro

CONTROVÉRSIA Agripino lembra que CPMF dividiu o partido no Congresso

crise, e que reuniu os prefeitos para debater um assunto de interesse institucional dos municípios. Ele também rebateu declaração dos ministros de que o PFL não teria o direito de pro-

mover essa discussão porque teria votado a favor da CPME. O senador lembrou, ainda que o imposto sempre foi uma questão controversa no partido, que dividiu as bancadas no Senado e na Câmara.

O senador perguntou se é ético o governo ter ganhado as eleições prometendo dobrar o salário mínimo, dar "gordos reajustes" aos servidores e criar dez milhões de empregos, quando na verdade o salário mínimo teve crescimento real de 1,85%, os servidores tiveram reajuste de 1% e foram criados 600 mil empregos.

– Nem por isso temos dito que o governo é pouco ético – ressaltou, acrescentando que "ninguém vai calar o PFL".

Viana pede cautela no debate da reforma tributária

Em resposta ao discurso do líder do PFL, José Agripino (RN), o líder da bancada governista, senador Tião Viana (PT-AC), pediu cautela ontem no debate sobre as reivindicações dos prefeitos em relação à redistribuição da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Para o senador, existe um movimento político, dirigido pelo PFL, na tentativa de levar os prefeitos a reivindicarem uma parcela maior nos tributos nacionais.

O senador pondera que o PFL, ao apontar pela partilha da CPMF, deveria reconhecer que 2% dessa taxa vai para o Sistema Único de Saúde, que repassa para estados e municípios, sendo que quase R\$ 18 bilhões já são transferidos.

– Alguns prefeitos planejam um ato político de protesto ao governo federal por uma crise que não fomos nós que causamos – afirmou.

Os precedentes dessa crise, frisou o senador, é herança da Constituinte de 1988, quando a definição das novas regras acabaram levando ao empobrecimento dos municípios, que detinham 19% da receita financeira nacional, percentual que caiu para 13%. Ele também apontou equívocos em políticas adotadas pelo governo passado, "com a participação do PFL," e lembrou que o PT se opôs à centralização de recursos.

Tião Viana ressaltou que é preciso fortalecer os municípios e os estados, mas observou que não é tirando da União que o problema será resolvido.



Roosevelt Pinheiro

Crise dos municípios foi gerada no governo passado, diz Tião Viana

José Jorge: agora é o momento de discutir a CPMF

A declaração do ministro da Casa Civil, José Dirceu, acusando o PFL de não ser ético por defender a partilha da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) com os municípios, foi lamentada ontem pelo senador José Jorge (PFL-PE).

– Fiquei surpreso com a declaração. Se mudar de opinião é falta de ética, o governo também pode ser acusado de faltar com a ética, porque hoje é favorável a várias coisas que sempre combateu. Lamento a forma desrespeitosa e injusta com que o ministro José Dirceu tratou o PFL – afirmou.

José Jorge explicou que o PFL sempre foi contra a CPMF pela forma provisória como foi concebida. E atribuiu a isso o fato de o partido nunca ter discutido a sua partilha com estados e municípios.

– Agora que a reforma tributária pretende transformá-la em imposto permanente, chegou o momento de discutirmos a sua divisão com os demais entes da Federação – salientou.

Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que a CPMF foi criada graças à credibilidade desfrutada pelo então ministro da Saúde, Adib Jatene. Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que "essas contribuições e o aumento da carga tributária" foram obra do governo anterior. Ele afirmou que já existe partilha da CPMF com os municípios, e que a redução de receita da União poderá jogar o governo em situação de inviabilidade.



Roosevelt Pinheiro

Governo também tem mudado de opinião, observa José Jorge

Ideli destaca ação do governo para gerar crescimento

■ Senadora cita medidas que promovem concorrência entre bancos e reduzem custo do dinheiro

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou medidas implantadas pelo governo Lula visando instalar a concorrência dentro do sistema bancário no país, barateando, assim, o custo do dinheiro. Ela citou a redução do depósito compulsório dos bancos sobre os depósitos à vista de 60% para 45%, ressaltando que a medida permitirá que R\$ 8 bilhões, que ficavam retidos no Banco Central, sejam disponibilizados para crédito. Isso irá possibilitar, explicou a senadora, a redução dos juros, principalmente do *spread*, que é a diferença entre o que o banco paga para investidores e o que cobra quando empresta dinheiro.

Ideli observou que os recursos liberados do compulsório poderão alimentar a compra de dólares e de títulos na rolagem da dívida. Ela explicou que o



Márcia Kolumbe

REPERCUSSÃO Redução do compulsório resulta em queda de juros, analisa Ideli

risco existe porque os juros continuam altos e o perfil da dívida, de curto prazo e vinculada ao dólar, "herança do governo passado", ainda não pode ser alterado. Por isso, salientou, junto com a redução do compulsório há a expectativa de queda da taxa de juros Selic.

A senadora lembrou que a redução do compulsório já teve repercussão no sistema financeiro, o que acaba provocando uma reação em cadeia, com a queda dos juros também no comércio.

PSDB propõe mudanças para sistema financeiro

O PSDB propôs no Senado a regulamentação do sistema financeiro nacional em leis separadas, como autorizou recentemente a Emenda Constitucional nº 40/2003, aprovada pelo Congresso – que também eliminou os juros máximos de 12% ao ano. O líder do partido no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou sete projetos, que, entre outras coisas, determinam que seja submetida ao Senado a demissão do presidente ou de diretores do Banco Central (BC) – hoje, os senadores só votam a indicação para esses cargos.

As matérias estabelecem que os diretores do BC terão mandatos não coincidentes e, se demitidos e a demissão for aprovada pelo Senado, ficarão seis meses sem assumir novo emprego, período em que continuarão a receber salários do

BC. A norma determina uma fase de transição, na qual três diretores terão mandato de quatro anos; três, de três anos; e os outros três diretores ficarão só dois anos no cargo – eles poderão ser reconduzidos, se aprovados pelo Senado.

– Estamos criando regras fixas para que todos do sistema financeiro conheçam seus direitos e deveres. Assim, os investidores se sentirão mais seguros para aplicar no Brasil – afirmou Arthur Virgílio. Ele acredita que os projetos poderão ser aprovados ainda este ano.

Um dos projetos muda o Conselho Monetário Nacional, que passará a se chamar Conselho Financeiro Nacional, mantendo seus atuais três integrantes com direito a voto – os ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do Banco Central.

Senado e Câmara debatem uso dos programas livres

O Senado e a Câmara dos Deputados começaram a discutir a utilização dos chamados programas abertos de informática, a partir da abertura, ontem, da de exposição sobre o software livre, que reúne especialistas para debater alternativas aos programas comerciais. O evento precede a abertura, hoje, às 9h30, da Semana do Software Livre no Legislativo.

Presente ao evento, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que o uso dos chamados softwares livres pode promover o desenvolvimento tecnológico e democratizar o acesso à informática no país.

– Precisamos democratizar os programas. Apenas 8% dos brasileiros têm acesso ao computador, e aos programas de forma regular e institucional só 4% têm acesso, até porque eles são muito caros – frisou.



INCLUSÃO Software aberto democratiza a informática, diz Serys

Sarney discute reformas com ministro polonês

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Polônia, Włodzimierz Cimoszewicz. Eles conversaram sobre a importância daquele país, que a partir de 2004 integrará a União Européia, e sobre as reformas que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está conduzindo no Brasil. O ministro mostrou-se especialmente interessado na reforma da Previdência. Conforme Sarney, esse é um assunto do interesse de todos – dos que estão aposentados e dos que um dia vão se aposentar. O presidente da Casa comparou o trabalho político de realizar reformas à abertura de inúmeras caixas – cada vez que uma se abre, encontra-se, em seu interior, outra para ser aberta. Além do encontro com representantes do Congresso Nacional, o ministro Włodzimierz Cimoszewicz deve se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Efraim Morais teme indefinição na área de telecomunicações

Senador acha que governo deve fixar logo regras claras para o setor, após o ciclo de privatizações

O senador Efraim Morais (PFL-PB), líder do bloco da minoria, manifestou em discurso preocupação com a indefinição do governo na área de telecomunicações, especialmente quanto às normas para o setor, após sua privatização. O segmento precisa urgentemente de novos investimentos, mas ele teme que a área seja tumultuada por motivação político-partidária.



PLANOS Efraim saudou estudos da Anatel destinados a ampliar acesso do brasileiro à Internet

Efraim fez um histórico dos avanços nas telecomunicações do país nos últimos oito anos, lembrando que a privatização

elevou o número de linhas telefônicas de 14,4 milhões, em 1994, para mais de 75 milhões em 2001. A oferta de telefones propiciou rápida expansão do uso de computadores no país, especialmente aqueles ligados à Internet. Assim, o Brasil já soma 12 milhões de computadores, mas eles beneficiam apenas 7% da população, contra 51% nos Estados Unidos.

O que vem atrasando a “universalização digital” do país, explicou Efraim, é o alto custo da Internet nas cidades do interior. Os usuários são obrigados a fazer ligação interurbana para se conectar a um provedor (só 350 municípios contam com provedores de acesso à Internet,

ou seja, apenas 6% das cidades).

Para ele, a boa notícia é que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estuda uma fórmula de garantir o acesso à rede mundial de computadores por ligação telefônica local, sem interurbanos. A idéia é permitir o uso de um número, como o 0800, ou de um código local de quatro dígitos, o que reduziria o preço da ligação à Internet.

Ele elogiou o programa do governo passado de instalar um computador em cada agência dos Correios, pelo qual os cidadãos terão acesso ao correio eletrônico (e-mail) ou aos serviços e produtos do governo via eletrônica.

Garotinho deve filiar-se hoje ao PMDB

O senador Mão Santa (PMDB-PI) anunciou a filiação, ao PMDB, de Anthony Garotinho, secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, e de sua mulher, a governadora Rosinha Matheus. A cerimônia de filiação será hoje, às 11h30, na presidência do partido no Congresso Nacional. Segundo Mão Santa, o casal estará acompanhado pelo vice-governador do Rio, Luís Paulo Conde, e por 11 deputados federais e dez deputados estaduais, que também assinarão a ficha de filiação ao PMDB.

Crivella diz que União também tem culpa nas dificuldades vividas pelo Rio

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) afirmou ontem em Plenário que as dificuldades enfrentadas pelo Rio de Janeiro também se devem à União, que recebe dos fluminenses cerca de R\$ 40 bilhões por ano em impostos federais e repassa apenas R\$ 2 bilhões.

– Lanço um grito de alerta,

não só ao governo federal, mas também ao Senado, que vai examinar a reforma tributária. É preciso equalizar o sistema federativo, para que o Rio de Janeiro possa respirar – disse.

Crivella concordou que os estados mais ricos – o Rio é o segundo mais rico – devem aju-

dar os mais pobres num pacto federativo destinado a reduzir as desigualdades. No entanto, ele reclamou que o Rio de Janeiro recebe apenas 3% do que manda para a União, mas São Paulo, o estado mais rico, recebe da União mais que o dobro dos valores repassados pelos paulistas.



TRIBUTOS Crivella lembrou que Rio recebe muito menos do que arrecada



Eu sou Senado Federal. E você?

Essa campanha é para VOCÊ que trabalha e tem **ORGULHO** de fazer parte desta Casa.

A TV e a Rádio Senado vão contar, a partir do dia 12 de agosto, os 180 anos do Poder Legislativo. VOCÊ, servidor, é o personagem principal. Senado Federal. Aqui se constrói a história do Brasil.



Secretaria de Comunicação Social



ÊXITO Para Mão Santa, iniciativa em seu estado serve de modelo para projeto do governo federal

Mão Santa elogia ação do Piauí contra seca

A experiência desenvolvida pela Fundação Ruralista do Piauí no combate à seca e na melhoria das condições de vida da população do estado foi destacada ontem, no Plenário, pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). Coordenada pelo padre Lira, a entidade realiza um trabalho assistencial que, na opinião do parlamentar, "serve de modelo para quem quiser desenvolver o semi-árido".

– Deixo a oportunidade para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva colher o exemplo da Fundação Ruralista – comentou o senador do Piauí, ao registrar realizações da entidade no município de Dom Inocêncio. Com 7 mil habitantes, a cidade foi beneficiada com a construção de 1.310 reservatórios domiciliares para captação da água das chuvas, além de contar com investimentos nas áreas educacional, de capacitação de mão-de-obra e geração de empregos.

Embora o padre Lira pertença a corrente política diversa da sua, Mão Santa prestou homenagens ao religioso e criticou a atuação de Frei Beto, assessor do governo, por "teorizar muito sobre problemas sociais" sem oferecer soluções práticas.

Mozarildo defende uma reforma agrária pacífica

■ Ele adverte que execução do projeto fundiário não pode prejudicar os que se dedicam ao campo

Ao destacar o papel desempenhado pelo agronegócio brasileiro no desenvolvimento econômico do país, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) advertiu, em discurso, para a necessidade de se realizar uma reforma agrária ordenada e pacífica, que não prejudique aqueles que já estão trabalhando a terra "com excelentes resultados". O senador salientou que é um dever do governo federal garantir a paz e a segurança no campo.

Mozarildo lembrou que, no ano passado, a produção agro-



Fotos: Roosevelt Finheiro

CRESCIMENTO Importância do agronegócio para a economia é destacada por Mozarildo

pecuária apresentou crescimento de 4,51%, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou apenas 0,14%. Em 2001, a diferença foi quase a

mesma: enquanto o PIB cresceu 1,42%, a agricultura e a pecuária alcançaram o índice de 5,71%.

Para o senador de Roraima, "as notáveis conquistas da agropecuária" não estão trazendo retorno apenas para os produtores rurais. Mozarildo explicou que o conceito mais amplo do agronegócio inclui, além do plantio e criação, o conjunto de estabelecimentos que utilizam matéria-prima de origem vegetal e animal para transformá-la em produtos mais elaborados.

Os governos federal e estaduais devem ficar atentos ao dinamismo econômico produzido pelas atividades do agronegócio, tentando antecipar-se ao seu desenvolvimento por meio de planejamento estratégico, sugeriu o parlamentar.

Osmar pede cumprimento da lei para impedir as invasões de terra pelo MST

O senador Osmar Dias (PDT-PR) dirigiu apelo, em Plenário, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que, juntamente com os governadores, faça cumprir a Constituição nos casos de invasão de propriedades pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

– Os ânimos estão exacerbados no meu estado. Enquanto o presidente Lula dizia no *Fantástico* que a reforma agrária não será feita na marra, mais três fazendas foram invadidas no Paraná – informou o parlamentar.

Para Osmar Dias, o discurso do presidente da República começa a ficar desfocado da realidade. Ele afirmou que, na



ALERTA Osmar Dias advertiu que os ânimos estão exaltados no meio rural do Paraná

campanha eleitoral, Lula "prometeu fazer uma revolução no campo" e agora, no governo, não aplica recursos suficientes para isso. O parlamentar disse

que o governo Fernando Henrique investiu R\$ 1,1 bilhão na reforma agrária e o atual governo está prevendo R\$ 720 milhões para o próximo ano.

– Isso está errado. O discurso cria expectativas que não serão cumpridas. O procurador-geral da República declara que invadir propriedade produtiva não é ilegal. Não é direito pretender fazer a lei à força. A reintegração de posse é fazer valer o estado de direito. Um setor como a agricultura não pode ficar submetido ao medo sem que nada seja feito. Isso não é bom para um país que precisa tanto da agricultura para gerar empregos e superávit na balança comercial – concluiu.

Raupp apóia propostas da CNA para café

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou ontem apoio a sugestões da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) para as políticas governamentais destinadas à cultura cafeeira e à produção de leite. Raupp listou medidas emergenciais como a criação de linha especial de crédito para apoiar a comercialização e a estocagem do café; antecipar a prorrogação, por 18 meses, dos contratos de financiamento de pré-comercialização relativos ao produto colhido em 2002; e liberar os recursos do EGF Café.

Para a política agrícola do café, no biênio 2003/2004, a CNA sugere a destinação de R\$ 940 milhões para financiar o custeio da safra; R\$ 400 milhões para o financiamento da colheita; R\$ 700 milhões para o financiamento de pré-comercialização; e R\$ 1,240 bilhão para o programa de opções, disse o senador.

Citando analistas especializados, Valdir Raupp comentou que no ano-safra 2003/2004 a produção mundial de café será inferior ao consumo, sugerindo, portanto, melhores cotações.



OTIMISMO Valdir Raupp disse que produto brasileiro pode ter uma melhor cotação



Foto: divulgação

DIVERSÃO Cerca de 200 crianças assistiram à apresentação de duas peças no estande montado pelo Senado na Bienal do Livro da Bahia

Teatro de bonecos encanta crianças na Bahia

Cerca de 200 crianças de escolas públicas de Salvador assistiram à apresentação do teatro de bonecos de Josias Wanzeller no estande do Senado na Bienal do Livro da Bahia. O artista fez duas exibições da peça *O Menino sem Nome*, reunindo em cada uma delas dezenas de estudantes que visitavam a bienal, no Centro de Convenções da Bahia.

Josias, artista plástico e funcionário da Secretaria Especi-

al de Editoração e Publicações (Seep), consegue entreter totalmente as crianças nos 25 minutos de duração de cada exibição – que pode se estender, de acordo com a interação dos jovens com a peça. Nela, Josias diverte as crianças com personagens muito engraçados que transmitem, ao longo da apresentação, a importância do livro, do ato de ler e de frequentar a escola. As crianças aprendem que ler é o pri-

meiro passo para que possam lutar pelos seus direitos.

Há sete anos trabalhando com teatro mamulengo, o artista é também o autor do texto. Os bonecos são batizados com nomes populares e engraçados, como Zé Queixada, Dona Josefina da Perna Fina e o Palhaço Fogueteiro. Os fantoches têm movimentos faciais, na boca e nos olhos, para atraírem ainda mais a atenção das crianças.

Mauch diz que não fiscalizava contas CC-5

■ Ex-diretor do Banco Central depõe na CPI do Banestado e desagrada pelas respostas evasivas

As respostas dadas pelo ex-diretor do Banco Central Cláudio Ness Mauch às questões levantadas pelos integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado não agradaram a parte dos deputados e senadores que participaram da reunião de ontem. O senador Flávio Arns (PT-PR) disse ter ficado estupefato todas as vezes em que o depoente alegou não se lembrar dos episódios indagados pelos parlamentares.

— O depoimento de Cláudio Mauch não refletiu a verdade dos fatos. Não sei por qual razão, se em função própria ou se para acobertar fatos de outras diretorias — assinalou Flávio Arns.



DEPOIMENTO Mentor (E) e Paes de Barros ouvem Mauch(D) dizer à CPI que não se lembrava dos fatos

Durante sua gestão como diretor de Fiscalização do Banco Central (1995-1999), afirmou Cláudio Mauch no depoimento, pela primeira vez o Brasil fiscalizou agências de bancos nacionais no exterior. Em 1995, auditores do Banco Central fo-

ram destacados para visitar filiais de instituições bancárias brasileiras em Nova York, operação repetida em 1996, sempre segundo o depoente.

Sobre a remessa ilegal de recursos via contas CC-5 a partir de agências bancárias sediadas em

Foz do Iguaçu (PR), objeto da investigação da CPI, Cláudio Mauch informou que a fiscalização desse tipo de procedimento cabia à área internacional do Banco Central, e não à sua diretoria. Repetida diversas vezes, a afirmação causou insatisfação

em alguns parlamentares.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) se disse “admirada” com o fato de o depoente ter-se lembrado com facilidade da autorização concedida a cinco bancos de Foz do Iguaçu para receber depósitos em contas CC-5 até o limite de R\$ 100 mil.

Ela destacou que essa informação tinha permanecido “esquecida” durante anos e somente foi registrada no depoimento prestado pelo ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, na CPI. Ideli acrescentou que a própria comissão levantou dúvidas sobre a autenticidade do documento.

Já o deputado José Carlos Martinez (PTB-PR) comentou que os convidados ou convocados para prestar explicações em CPIs geralmente passam uma semana estudando os assuntos referentes ao depoimento, e que alegar que não se lembra é zombar da competência dos parlamentares.

CPI ouve Tereza Grossi, Ruth Whately e ex-dono do Araucária

A CPI do Banestado toma hoje, às 16h, o depoimento da ex-diretora do extinto Banco Araucária Ruth Whately Bandeira de Almeida. Deverá também ouvir, mais uma vez, o ex-dono do banco Alberto Dalcanale Neto, que já depôs na semana passada, mas que ainda tem alguns pontos a esclarecer, segundo os parlamentares.

Na semana passada, o ex-proprietário do Banco Araucária disse que seu banco foi liquidado pelo Banco Central pelos boatos lançados na im-

prensa e que davam conta de falta de liquidez. Dalcanale afirmou que o Araucária foi usado pelo Banco Central para camuflar irregularidades praticadas por bancos maiores e, em tese, mais importantes.

Previsto também para ontem, o depoimento da ex-diretora do Banco Central Tereza Grossi foi suspenso e remarcado para hoje, às 11h, em virtude do falecimento do pai do relator, deputado José Mentor (PT-SP). Ele será substituído hoje na função pela deputada Irini Lopes (PT-ES).

Simon acha absurdo autorização ter sido dada para agências em região de risco

Durante o depoimento do ex-diretor de Fiscalização do Banco Central Cláudio Mauch na CPI do Banestado, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou como absurda a autorização concedida a cinco bancos de Foz do Iguaçu (PR) para receber depósitos em contas CC-5 até o limite de R\$ 100 mil. Ele também opinou que, tomada a decisão, deveria ser criado um mecanismo de fiscalização, já que a região era considerada de risco por haver

suspeita de sediar lavagem de dinheiro de contrabando e narcotráfico.

Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que, desde a época da CPI dos Precatórios — quando, na companhia do então senador Roberto Requião, esteve no Paraná investigando irregularidades na transação com títulos públicos —, em visita a agências bancárias no estado, percebeu que havia algo de “diferente” na remessa de dinheiro para o exterior via

contas CC-5.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) perguntou a Cláudio Mauch se o Banco Araucária já possuía agência em Foz de Iguaçu quando recebeu autorização especial para receber depósitos de até R\$ 100 mil pelas contas CC-5. O depoente não soube responder, mas o presidente da CPI Antero Paes de Barros (PSDB-MS) informou que a comissão já dispõe de documentos confirmando que sim.

Suassuna critica excessiva carga tributária no país

Depois de elogiar seu partido por se posicionar contra aumentos na carga tributária, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) leu em Plenário, ontem, artigo do jornalista Alexandre Garcia segundo o qual os brasileiros seriam mais ricos que os norte-americanos, tomando por

base os impostos pagos no Brasil e nos Estados Unidos. É vexatório, conforme Suassuna, saber que o brasileiro paga o dobro pela água que consome, apesar de o país ter 25% da reserva mundial de água doce. Paga 60% a mais que os norte-americanos nas tarifas de

telefone e eletricidade, embora a energia hidrelétrica seja mais barata que as formas de geração de energia elétrica adotadas pelos EUA. Segundo o artigo, os brasileiros ainda pagam mais pela gasolina e pelos carros, além de dezenas de impostos e contribuições com efeito

casca. Comparativamente, continuou Suassuna, os norte-americanos só pagam Imposto de Renda quando ganham mais de US\$ 3 mil mensais — equivalentes a R\$ 9.300. — Não é justo que se tire do pobre contribuinte espoliado nenhum centavo a mais — afirmou.



EXEMPLOS Suassuna leu artigo demonstrando que americanos pagam menos impostos

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa e Valdir Raupp